

DOSSIÊ: A 'POLI-PERIFERIA' E O 'GIRO PERIFÉRICO' NOS ESTUDOS URBANOS

EDITORIAL: A “POLIPERIFERIA” E O “GIRO PERIFÉRICO” NOS ESTUDOS URBANOS

Matthew A. Richmond*

Patrícia Maria de Jesus**

Jean Legroux***

*Newcastle University, School of Geography, Politics and Sociology, Newcastle upon Tyne, Reino Unido

**Universidade Federal do ABC, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, São Bernardo do Campo, SP, Brasil

***Universidade Estadual Paulista, Departamento de Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil

Este dossiê aborda um tema *a priori* muito familiar aos leitores da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. “Periferia urbana” é uma categoria fundamental nos estudos urbanos brasileiros desde pelo menos a década de 1970. No entanto, a familiaridade desse rótulo esconde grande ambiguidade sobre o que aqueles que usam o termo – sejam os pesquisadores urbanos, sejam diversos sujeitos mundo afora – realmente querem dizer com ele. É claro que um grau de ambiguidade é inerente a qualquer categoria científica ou social. Contudo, parece que os usos de “periferia urbana” se tornaram mais ambíguos desde a virada do século XX. Por um lado, os espaços que pareciam pertencer claramente a essa categoria passaram por transformações urbanas, sociais e institucionais importantes. Por outro, hoje em dia mais vozes oriundas das – e que se identificam com as – próprias periferias urbanas participam desses debates acadêmicos, dos quais eram tradicionalmente excluídos, com o efeito de questionar e desestabilizar as velhas certezas categóricas e epistemológicas (D’Andrea, 2022).

Um aspecto dessas mudanças é capturado pelo argumento de que as periferias urbanas teriam se tornado mais “heterogêneas”, em relação tanto às características urbanas desses espaços como às características sociais daqueles que os habitam. Tais argumentos com frequência se manifestam na tendência de se fazer referência a periferias “no plural” (Ramos *et al.*, 2023; Cunha; Feltran, 2013, p. 7), em vez de a uma visão, antes predominante, que as enxergava como uma categoria singular e relativamente homogênea. Partindo do contexto mexicano (em muitos aspectos comparável ao brasileiro) e inspirando-se em um conto evocativo de Jorge Luis Borges (1995), Lindón e Mendoza referem-se às periferias como “alephianas”,

ou “o lugar que contém todos os lugares” (2015, p. 39). Neste dossiê, usamos o termo “poliperiferia” para captar essa ideia de pluralidade das periferias e de crescente heterogeneidade nas periferias urbanas. Nele buscamos interrogar como e até que ponto tais argumentos se sustentam.

O termo “poliperiferia” foi inicialmente proposto por Hopf (1999), no âmbito de um estudo sobre a geopolítica regional da Rússia. Um dos objetivos deste dossiê consiste justamente em discutir a validade desse termo para os estudos urbanos, tendo em vista sua utilização em trabalhos recentes. Dentre os argumentos, menciona-se o fato de que se fala em “policentralidade”, no sentido de uma progressiva complexificação do modelo centro-periferia nas análises urbanas, de modo que não haveria por que seguir compreendendo a periferia como única, unívoca e homogênea (Morcuende; Legroux, no prelo). Desta forma, para além da (i) pluralidade das periferias, que identifica diferentes tipos de territórios periféricos (Ramos *et al.*, 2023), a ideia de poliperiferia também tenta dar conta, dentre outros: ii) da diversidade de configurações, condições e situações dentro de um mesmo tipo genérico de território periférico (entre uma favela e outra, por exemplo); iii) da existência de um mosaico de ambientes construídos, de tipos de hábitat, de práticas cotidianas e de modos de vida, de cultura etc., no seio de cada território periférico; iv) das diferenças em termos de presença do Estado, de redes de solidariedade e de apoio, de organização política, social e cultural entre um território periférico e outro (Legroux; Sposito, no prelo).

Ao mesmo tempo, observamos o aparente paradoxo de que, à medida que as periferias urbanas se tornaram, supostamente, mais heterogêneas, as categorias de “periferia” e “periférico/a” têm sido assumidas cada vez mais por movimentos, coletivos e indivíduos oriundos desses territórios como marcadores importantes de identidade. De fato, hoje em dia a “periferia” serve como base para a elaboração de novas formas de expressão artística, crítica social e reivindicações políticas que reverberam por toda a sociedade e penetraram algumas instituições das quais essas vozes foram tradicionalmente excluídas (Gianella; Catalá, neste volume; Simões; Medeiros, neste volume). Xuefei Ren (2021) cunhou o termo “giro periférico” para se referir ao crescente interesse de pesquisadores urbanos em (re)teorizar cidades a partir das periferias. Nós o usamos aqui, adaptando-o à realidade brasileira atual, onde as demandas dos próprios “sujeitos periféricos” (D’Andrea, 2022) para participar, e mesmo liderar, esses debates – com a construção de novas epistemologias periféricas – são cada vez mais altas.

O dossiê, então, aborda criticamente esses dois fenômenos, a “poliperiferia” e o “giro periférico”, interrogando suas respectivas dinâmicas, mas também as tensões e as possíveis interconexões entre eles.

1. De periferias homogêneas a heterogêneas: uma nova ortodoxia?

Conforme observado por D'Andrea (neste volume), nos últimos anos parece ter se tornado uma nova ortodoxia afirmar que as periferias são “heterogêneas” e “plurais”. Porém, essa tendência precisa ser avaliada em relação ao contexto em que surgiu. Propomos que ela emerge, em parte, como uma narrativa mais positiva que rechaça as representações predominantemente negativas e muitas vezes homogeneizantes dos territórios urbanos populares que antes dominavam.

Após a redemocratização, na qual os movimentos sociais e associações de bairro periféricos tiveram um papel importante, a década de 1990 trouxe um grau de decepção com os resultados concretos da democracia nesses territórios. Embora a “confluência perversa” (Dagnino, 2004) de democracia e neoliberalismo tenha levado a reduções moderadas da pobreza extrema, a desigualdade e o desemprego permaneceram em níveis extremamente altos e a violência criminal e policial eclodiu nas grandes cidades brasileiras. As representações públicas – nos jornais, na música, no cinema e, de maneira menos sensacionalista, na literatura acadêmica urbana – enfatizaram que os territórios populares ainda eram predominantemente pobres, mais violentos, e sujeitos a formas cada vez mais intensas de segregação (Caldeira, 2000; Lopes de Souza, 2000). Analisando os impactos urbanos do neoliberalismo em outros contextos globais, muitos autores enfatizaram a pobreza e a homogeneidade em territórios urbanos populares, quer na descrição de Mike Davis (2006) do crescimento urbano informal no Sul global como um “*Planet of Slums*” (Planeta de Favelas), quer nos argumentos de Loïc Wacquant (2008) sobre a emergência de uma nova condição de “marginalidade avançada” na Europa e nas Américas.

Vista nesse contexto, a tendência para enfatizar a heterogeneidade nas periferias urbanas do Brasil desde o início da década de 2010 pode ser entendida, em parte, como um contramovimento contra as caracterizações negativas e frequentemente homogeneizantes que prevaleciam na virada do século. Aliás, é possível situar essa mudança dentro de uma dinâmica muito mais longa na literatura sobre as cidades latino-americanas – e dos seus territórios populares – caracterizada por fortes oscilações entre leituras pessimistas e otimistas (Rodgers; Beall; Kanbur, 2012).

No Brasil, o discurso da heterogeneidade também é resultado de mudanças concretas conjunturais. No início da segunda década do século XXI, o crescimento econômico, as políticas de inclusão social e econômica e as intervenções urbanas implementadas por sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores a partir de 2003 já estavam deixando suas marcas nas cidades brasileiras. Nas periferias urbanas, o aumento da renda média se manifestou no consumo ampliado, enquanto

as políticas públicas se expandiram de forma desigual, porém visível. Ao mesmo tempo, as paisagens periféricas foram transformadas por grandes programas de construção de infraestrutura, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e de habitação, como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), inúmeros programas estaduais e municipais em todo o país, e pelo investimento privado. Bolsas de estudo e cotas de ações afirmativas permitiram que uma proporção ainda relativamente pequena, mas historicamente inédita, da população dessas áreas acessasse o ensino superior pela primeira vez.

No entanto, essas transformações não representaram uma ruptura total com o passado, tanto no que se refere às condições sociais e urbanas nas periferias urbanas como no tocante às representações públicas sobre elas. À diferença de alguns discursos triunfalistas em torno do suposto surgimento de uma “nova classe média” (Neri, 2012), representações mais antigas e negativas sobre periferias urbanas sempre persistiram e competiram com novas narrativas mais positivas. Conforme descrito por Feltran (2014), as periferias passaram a ser representadas no discurso público simultaneamente por meio de uma figuração positiva, da ascensão social de um segmento dos pobres urbanos, e por uma mais negativa, que continuou a identificar as periferias como a principal fonte do problema da “violência urbana” no Brasil que não parava de piorar.

Embora rejeitando tais dualismos, os pesquisadores urbanos também chegaram a enfatizar a heterogeneidade, a pluralidade e a complexidade dentro e entre as periferias urbanas e, dessa forma, participam da construção da ideia de uma “poliperiferia”. Um tema-chave nessas análises é a observação de que as diferenças e as desigualdades sociais importantes nas cidades brasileiras hoje em dia não apenas separam áreas centrais ricas de periferias pobres, como agora atravessam igualmente as próprias periferias. Entretanto, como veremos, os pesquisadores que invocam a “heterogeneidade” a entendem – e a própria categoria de “periferia” – de formas diversas, o que complica a tarefa de avaliar se essas afirmações realmente se sustentam.

2. Definir periferia urbana e heterogeneidade

Para poder avaliar adequadamente os argumentos em torno do surgimento de uma “poliperiferia”, é necessário primeiro definir alguns termos-chave. Essa tarefa é mais complexa do que pode parecer a princípio. Além da questão de quais critérios deveriam ser incluídos em uma definição de “heterogeneidade”, é necessário primeiro definir o que é a própria “periferia urbana”. O leitor notará que até agora nos referimos tanto a “periferias urbanas” como a “territórios populares”, mas esses termos não são intercambiáveis nem equivalentes. O último se refere a

territórios habitados pelas classes populares que podem ocupar qualquer localização geográfica. O primeiro termo, por sua vez, implica uma posição “geométrica” – ou seja, a circunferência em relação a um núcleo (Hiernaux; Lindón, 2004) –, ao mesmo tempo que não designa, pelo menos de modo explícito, um caráter social específico.

Os processos históricos de urbanização e as associações culturais que emergiram em torno dessa realidade no Brasil (e na América Latina como um todo) levaram, porém, muitos a entender a periferia urbana como necessariamente um tipo de “território popular”. A definição do que seria periferia urbana, então, pode moldar fortemente a heterogeneidade percebida. Uma definição puramente geométrica pode abranger qualquer grau de heterogeneidade, com o caráter social externo à definição. Uma definição que assume que a periferia urbana é necessariamente popular sustenta só certo grau de heterogeneidade. Se dado território tivesse outro caráter social, teria de ser reclassificado. Aqui adotamos uma definição historicamente contingente, que reconhece que a periferia urbana assumiu um conteúdo específico no contexto latino-americano (e em outros contextos globais), mas também sujeito a mudanças históricas.

Não é coincidência que a periferia urbana tenha passado a ser vista como inerentemente popular no contexto da América Latina (Hiernaux; Lindón, 2004). A partir de, pelo menos, meados do século XX, as cidades grandes dessa região se expandiram por meio do loteamento ou da ocupação irregular de terras e da autoconstrução de moradias por populações pobres que não conseguiam arcar com os custos do aluguel, e menos ainda com o financiamento ou a compra de um imóvel no mercado legal, em áreas mais centrais. Mais tarde, esse caráter popular seria reforçado com a construção, nas periferias, de habitação social subsidiada pelo Estado. Embora uma porção significativa das camadas populares dessas cidades sempre tenha morado em cortiços, favelas e outros tipos de moradia em áreas centrais, por meio da urbanização periférica a maioria dos pobres urbanos se fixou nas periferias, e as periferias urbanas se tornaram majoritariamente pobres. A influência da teoria da dependência reforçou a percepção desse caráter inerentemente popular das periferias (*ibid.*), conforme essas áreas começaram a ser vistas como a expressão urbana da posição periférica da América Latina na economia capitalista global, ou seja, como o espaço onde o exército de reserva em massa se reproduzia socialmente sob condições de “espoliação urbana” (Kowarick, 1979).

Definir a periferia urbana como um tipo de território popular não necessariamente implica fixidez e homogeneidade – de fato, há de ressaltar a rapidez das mudanças nos territórios periféricos. Ademais, a dinâmica do crescimento urbano e as mudanças históricas nas condições de vida urbana produzem transformações e formas de heterogeneidade dentro das periferias populares. Dada a tendência

geral das cidades de expandir, espaços que estavam na periferia extrema trinta ou quarenta anos atrás hoje estão localizados (no sentido geométrico) em uma posição relativamente mais central, tomando a cidade como um todo como referência. Claro, a localização geométrica não é o único fator que determina as condições urbanas – fatores como acesso ao transporte, investimento estatal e privado, assim como os legados duradouros da urbanização para o ambiente construído e o caráter social de diferentes territórios, podem diluir ou intensificar vantagens e desvantagens locais. Mas a expansão da cidade já tende a criar heterogeneidade pelo mecanismo de diferenciação locacional entre diferentes bairros periféricos.

A heterogeneidade também surge da tendência dos bairros de se “consolidarem” ao longo do tempo, em face do trabalho individual e coletivo de seus moradores para melhorar suas casas e implementar grande parte do comércio e pequenos serviços e pela expansão gradual da atuação do Estado em instalar, pelo menos, infraestrutura e serviços urbanos básicos (Caldeira, 2017). Tudo isso quer dizer que as periferias são, em certo sentido, “heterogêneas” em sua forma construída e em seu caráter social meramente com base em diferenças locais e mudanças temporais. Tal observação é amplamente reconhecida pelos pesquisadores urbanos, mas não configura a ideia de “poliperiferia” conforme explorada aqui.

3. A emergência histórica da “poliperiferia”

A noção de poliperiferia apresenta um argumento mais amplo, ou seja, o de que as mudanças históricas na produção do espaço, da vida social e das práticas cotidianas nas cidades geraram variações, desigualdades e divisões sociais e espaciais mais acentuadas dentro das periferias urbanas. Por exemplo, a observação, já mencionada, sobre a ascensão social nas periferias durante as décadas de 2000 e 2010 não é resultado de tendências gerais de crescimento urbano, mas sim de mudanças sociais e institucionais associadas a uma conjuntura histórica específica. Vários artigos neste dossiê identificam transformações históricas da vida social nas periferias. Um fenômeno interessante, frequentemente ignorado em relatos sobre a consolidação física de periferias urbanas, é explorado por Filippi Filho e Rossetto (neste volume). Usando imagens históricas do *Google StreetView*, eles demonstram como dispositivos de segurança se tornaram cada vez mais prevalentes em bairros periféricos populares na sub-região Oeste da Região Metropolitana de São Paulo. Isso mostra não apenas transformações importantes no ambiente construído, como implica igualmente uma mudança na maneira como essas áreas são vivenciadas por muitos dos próprios moradores, em conjunção com uma difusão de práticas de fortificação urbana em territórios populares, tradicionalmente associadas aos bairros de classe média e alta.

No mesmo sentido, abordando a questão do consumo alimentar e das infraestruturas e serviços comerciais, Tavares, Nagib e Wojciechowski (neste volume) também apontam uma transformação do ambiente construído, com a proliferação e maior diversidade comercial e de serviços no que tange ao consumo alimentar na periferia. Ao mobilizar dados quantitativos, comparam um distrito periférico com um distrito mais central (de maior poder aquisitivo) na cidade de São Paulo. E concluem que, apesar da ampliação e da diversificação das infraestruturas de consumo na periferia, as desigualdades entre os dois distritos, em termos de acesso a uma alimentação diversificada e saudável, são ainda gritantes. Internamente, contudo, no distrito periférico estudado – e com o apoio de entrevistas com cidadãos desse território –, evidenciaram-se diferenças internas em termos de consumo alimentar entre os habitantes de maiores rendas e melhores localizações e condições de mobilidade e os demais.

Dois outros artigos no dossiê abordam outro processo importante: a precarização do mundo do trabalho e a consolidação de uma miríade de práticas e estratégias que visam à sobrevivência e/ou à reprodução da vida por meio da “viração” e do não assalariamento. Como resultado desse processo, Canettieri (neste volume) identifica uma diversificação de estratégias de reprodução social em um bairro periférico de Belo Horizonte. Tais estratégias incluem – e frequentemente combinam – o trabalho assalariado, diversas formas de microempreendedorismo e “gatos”, trabalho feminino não remunerado, rentismo por meio do aluguel de quartos e quitinetes em casas autoconstruídas, além da participação em mercados ilegais.

Costa e Iamamoto (neste volume) também exploram mudanças no mundo do trabalho com foco no fortalecimento de discursos e projetos de “empreendedorismo” entre um segmento de jovens na Zona Sul de São Paulo. Eles identificam como alguns jovens periféricos escolarizados abandonaram a “utopia” da carteira assinada, que estruturava o mundo dos seus pais, em troca da “utopia da autonomia” – orientada à produção cultural e intelectual por meio do microempreendedorismo, embora sob condições estruturais que muitas vezes tornam essa autonomia difícil de alcançar na prática. Tais aspirações distinguem esses sujeitos tanto de uma esquerda partidária de classe média quanto de muitos de seus vizinhos na periferia. Assim como Canettieri então, Costa e Iamamoto mostram como mudanças sociais e econômicas que tendem a precarizar e fragmentar o mundo do trabalho das classes populares acabam gerando estratégias, estilos de vida e até subjetividades mais heterogêneas dentro das periferias populares.

Calil e Góes (neste volume) adotam a precarização da vida social como ponto de partida para argumentar que a noção de “periferia urbana” não necessariamente precisa se referir à periferia no sentido “geométrico”. Tomando como casos os

territórios de uso concentrado de *crack* em São Paulo e em Bogotá, eles argumentam que “conteúdos” e “códigos” tradicionalmente associados às periferias se enraizaram nas áreas centrais tradicionais dessas duas grandes metrópoles. A noção de “hiperperiferia no centro” chama atenção para a transitoriedade e a mutabilidade da vida entre os segmentos mais marginalizados das classes populares, o que contribui para uma ruptura da estrutura centro-periferia de segregação urbana. Embora se possa questionar esse uso de “periferia” sem referente espacial, a abordagem de Calil e Góes demonstra a força da convergência histórica de “periferia” e diversas características estruturais e culturais associadas às classes populares no contexto latino-americano, assim como o impacto social e espacialmente desestabilizador das transformações mais recentes.

A precarização da reprodução social nas periferias urbanas também chama atenção para as desigualdades altamente generificadas e racializadas que resultam desses processos. É evidente que há muito tempo os estudos de periferias urbanas destacam a natureza claramente racializada dos padrões de desigualdade e segregação urbanas no Brasil e atentam às divisões domésticas de trabalho por gênero nas periferias. Todavia, a adoção de abordagens conscientemente “feministas e decoloniais”, como a proposta por Rovere (neste volume), centraliza e aprofunda a análise dessas dimensões de desigualdade. Em seu estudo sobre um conjunto habitacional na pequena cidade de Santa Cruz do Sul (RS), Rovere identifica as pressões e restrições impostas sobre os corpos de mulheres predominantemente negras, mas também na sua capacidade de “(re)existência” por meio de redes de apoio mútuo. Esse exemplo destaca um ponto também levantado por D’Andrea (neste volume), o de que a periferia sempre foi heterogênea – em termos de raça, gênero, histórias de migração, formas de trabalho, reprodução social e organização. A heterogeneidade atualmente tão posta em destaque pelos pesquisadores é, em parte, produto dos próprios arcaísmos conceituais usados que a tornam mais perceptível.

Até aqui, a discussão é consistente com uma visão das periferias urbanas como territórios populares sujeitos a processos contínuos de transformação urbana, social e cultural e que exibem heterogeneidade significativa e, em alguns aspectos, crescente. No entanto, outros pesquisadores ampliam o foco de suas pesquisas para abranger territórios que estão longe de ser “populares”. Vale lembrar aqui que a convergência histórica na América Latina entre as classes populares e a periferia geométrica é contingente – não necessária – e não se reflete em outros contextos mundiais. Um contraexemplo óbvio é a experiência da América do Norte anglófona, onde o processo de suburbanização de meados do século XX foi um fenômeno principalmente de classe média. De fato, o crescente interesse em periferias urbanas na Ásia (Ren, 2021), na África (Mabin, Butcher; Bloch, 2013), bem como no Norte global (Keil, 2017), em geral não presume um caráter necessariamente

“popular” da urbanização periférica. Em vez disso, as periferias urbanas tendem a ser entendidas como espaços ambíguos caracterizados por usos heterogêneos da terra (incluindo usos rurais) e por populações e identidades territoriais ainda em formação. Em um sentido, então, o “giro periférico” de Ren (2021) busca explorar esses processos complexos de urbanização na periferia geométrica e os diversos atores, projetos e regimes de propriedade envolvidos.

No Brasil, algumas mudanças recentes nos padrões de urbanização periférica que se assemelham com esse quadro têm sido interpretadas como uma ruptura do modelo centro-periferia estabelecido. A difusão de condomínios residenciais fechados horizontais de alto padrão em áreas periféricas foi um tema importante nas décadas de 1990 e 2000 (Caldeira, 2000; Lopes de Souza, 2000) e tem sido teorizada mais recentemente sob o arcabouço da “fragmentação socioespacial” (Sposito; Sposito, 2020). Neste dossiê, Amorin *et al.* (neste volume) adotam essa abordagem na análise de transformações urbanas em Mossoró (RN) e em Sobral (CE), cidades médias no Semiárido brasileiro. Eles observam que as periferias de ambas as cidades passaram por processos heterogêneos, incluindo a instalação de condomínios residenciais fechados de alto padrão altamente segregados, mas também a construção de conjuntos habitacionais populares e a permanência e expansão de loteamentos irregulares e favelas. Miranda Neto *et al.* (neste volume) identificam transformações comparáveis nas “bordas heterogêneas” de quatro cidades da Amazônia paraense – a Região Metropolitana de Belém, Castanhal, Marabá e Altamira. O que fica claro nos dois textos é que a maior proximidade geométrica entre classes sociais nessas periferias de variadas “tessituras” (Amorin *et al.*, neste volume) não se traduz em maior coexistência, uma vez que as barreiras físicas e sociais reforçam a fragmentação das práticas espaciais – um ponto também visualizado por Filippi Filho e Rosetto (neste volume) na sub-região Oeste da metrópole paulista.

O conceito de “centralidade” que aparece nas análises de Amorin *et al.* e de Miranda Neto *et al.* ocupa o centro da análise no texto de Ueda *et al.* (neste volume), cujo estudo aborda transformações, tanto concretas quanto subjetivas, na cidade média de Ribeirão Preto (SP), no interior paulista. Especificamente, eles identificam o surgimento de uma nova centralidade, a “Cidade Norte”, por meio de grandes empreendimentos comerciais e residenciais na Zona Norte do município, uma região historicamente periférica. Os autores mostram ainda que moradores de longa data da região reproduzem discursos que a distanciam de sua identidade histórica como periferia urbana e deslocam esse estigma para outras áreas mais distantes – processo que aponta para uma dialética entre transformações urbanas e subjetivas e também para o sucesso do “dispositivo” neoliberal que produziu essa transformação discursiva e subjetiva. É interessante notar que é nas cidades

médias, sejam do interior paulista, sejam do Semiárido nordestino ou da Amazônia paraense, que a transformação urbana e a fragmentação socioespacial aparecem como elementos mais disruptivos à visão das periferias como predominantemente populares.

Por outro lado, trabalhando com base no contexto da capital paulista, uma voz relevante em debates recentes sobre periferias e subjetividade periférica, Tiaraju D’Andrea (neste volume) rechaça argumentos que, em suas palavras, “buscam inviabilizar *periferia* como conceito explicativo do urbano”. Estes incluem alguns dos argumentos já discutidos, por exemplo, sobre os impactos dos investimentos públicos e privados, a crescente heterogeneidade, a fragmentação socioespacial e a presença das classes populares em outros territórios urbanos. D’Andrea oferece um corretivo importante para abordagens excessivamente zelosas que parecem prontas para escrever o obituário do modelo centro-periferia e, com ele, das periferias urbanas como espaço principal da reprodução social urbana das classes populares. Ele também aponta para dinâmicas importantes que tendem a preservar o padrão centro-periferia de segregação espacial em São Paulo e em muitas outras cidades latino-americanas.

À luz dessa crítica incisiva de D’Andrea, nota-se que boa parte das análises que defendem a crescente heterogeneidade social e espacial nas periferias se encaixa confortavelmente em uma visão da permanência dessa grande estrutura espacial de desigualdade nas cidades brasileiras. No caso daqueles que identificam rupturas mais radicais, como a expansão de habitats de elite nas periferias, em geral esses espaços não são suficientes em escala (pelo menos em população residencial, se não no espaço extensivo que ocupam) para alterar fundamentalmente a estrutura centro-periférica (Mendonça; Andrade; Diniz, 2019). Assim, a “fragmentação socioespacial” é entendida como um processo que não substitui o modelo centro-periferia, mas que o sobrepõe, com ele interage e o complexifica. Conforme já observado, a convergência histórica entre a periferia urbana e a reprodução social das classes populares na América Latina é contingente, não necessária, e, portanto, sujeita a mudanças históricas. A despeito de mudanças recentes que enfraquecem a estrutura centro-periférica serem mais visíveis em algumas cidades do que em outras – como nos casos das cidades médias anteriormente mencionadas –, a periferia urbana ainda é um conceito explicativo essencial do urbano e, com certeza, continuará a sê-lo por muito tempo.

4. O “giro periférico”: de quem, para quê?

O que talvez esteja em jogo na crítica de D’Andrea tanto quanto nas definições da “periferia urbana” é a capacidade daqueles que se identificam – e são

identificados – com essa categoria de poderem criar, criticar, organizar e fazer reivindicações políticas com base nas próprias experiências. Outrossim, está em jogo a capacidade de produzir uma epistemologia da periferia a partir dela, para ela e para o mundo.

É o caso, por exemplo, do texto assinado por Pereira (neste volume), em que o próprio processo de urbanização da cidade de São Paulo e a periferia como um de seus produtos ganham centralidade no fazer artístico teatral. A periferia não é apenas lócus para as apresentações teatrais realizadas nas ruas e vielas do Jardim Pantanal, nas margens do rio Tietê que o circunda, no transporte coletivo ferroviário onde os “atores/moradores” dividem a viagem, o cenário e a cena com os passageiros que vão rumando para o extremo leste. Mais do que isso, o conhecimento e a experiência urbana da periferia formam parte de uma episteme legítima e contra-hegemônica das produções, ações e intervenções artísticas quando pensadas e representadas a partir de si mesmas, tornando o “giro periférico” evidente.

Já o texto de Santos e Whitaker (neste volume) envereda por uma abordagem etnográfica e permite o acompanhamento simultâneo de pessoas no deslocamento entre casa e trabalho, partindo de outros dois setores da periferia leste da cidade paulistana. Em uma espécie de ritmanálise em movimento, através da janela do metrô ou do ônibus, esse artigo insere-se no “giro periférico” em dois aspectos importantes. Primeiro, um dos autores do texto se identifica como “pesquisadora periférica”, e é reconhecida assim por seus interlocutores, o que moldou tanto a realização da pesquisa como a análise e os temas explorados. Segundo, chamam a atenção do leitor a centralidade das narrativas dos próprios sujeitos periféricos e o fato de que eles expressam suas experiências e opiniões não apenas sobre a sua condição urbana periférica, mas sobre a cidade como um todo.

Sales (neste volume) percorre também por outro caminho identidades e imaginários cuja função é reposicionar e tensionar características diretas e indiretamente atribuídas não apenas a quem vive em territórios periféricos, como também ao que produzem. Assim, sua análise para o cancionário periférico contemporâneo soteropolitano aciona, além de vivências e experiências, os afetos, tão caros e tão fundantes à construção das subjetividades positivas. Sua análise histórica de letras de músicas surgidas dos territórios populares de Salvador evidencia um ponto igualmente destacado por D’Andrea (neste volume), o de que a produção intelectual e a autoafirmação dos sujeitos periféricos se efetivaram, até muito recentemente, quase que em sua totalidade por intermédio da produção artística e da ação política, e não dentro das universidades. Dessa forma, o fato de o autor inspirar-se em expressão-chave da obra de Conceição Evaristo (2018) – “escrevivência” – pode ser interpretado como um movimento de um “giro periférico”, no sentido de pautar

sua reflexão apoiando-se no pensamento de uma mulher negra, originalmente não acadêmica e grande expoente da literatura periférica contemporânea.

Assim, mais que interpretação e reinterpretação de seus territórios, ambientes e experiências, o “giro periférico” tensiona e disputa a própria produção do espaço urbano desde perspectivas outras que aquelas comumente orientadoras do planejamento urbano ocidental. Esta produção se faz também em decorrência de experiências coletivas menos “materiais” que a própria produção *stricto sensu*, podendo direcionar-se para um “urbanismo favelado”, tal como nos sugerem Cruz Junior *et al.* (neste volume) sobre o complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro.

Nesse mesmo sentido, o artigo de Vargas *et al.* (neste volume) adota uma postura decolonial, inserindo-se no movimento do “giro periférico”, isto é, apresentando uma Pesquisa-Ação Participativa, em que a produção de dados sobre o território periférico em questão é realizada pelos próprios habitantes, em parceria com os sujeitos pesquisadores, de dentro para fora. Na ocupação Guarani Kaiowá estudada, situada em Contagem (MG), o mapeamento participativo e a identificação, pelos habitantes, dos principais problemas a serem resolvidos visam justamente à produção interna de dados, para logo poder formular demandas concretas para o poder público, no caso, com foco no saneamento básico, nas áreas de risco de alagamento e na problemática da produção de resíduos sólidos.

Os artigos de Cruz Junior e Vargas *et al.*, somados à contribuição de Rovere (já comentada neste editorial) sobre a experiência de mulheres em um conjunto habitacional em uma cidade pequena no Sul do Brasil, nos oferecem exemplos de práticas alternativas de urbanismo e coleta de dados que problematizam e também resistem a processos ocidentais hegemônicos, representando, para nós, manifestação interessante do “giro periférico”.

O consenso acerca da heterogeneidade das periferias, como já abordado, encontra na materialidade da produção do espaço uma miríade igualmente heterogênea de agentes dessa produção, como Gonçalves e Rizek (neste volume) bem identificam. Nessa seara, de formas diversas de territórios periféricos, entre a favela recente ou consolidada, com o surgimento de ocupações espontâneas ou orientadas, as autoras advogam pelo rigor entre forma, conteúdo, processo, repertórios e nomeações, sob pena de, no uso de categorias de modo acrítico, escamotear conflitos, diluir processos, minar esforços, confundir moradores e técnicos, obliterar conquistas e reivindicações, entre outras sérias implicações políticas. O “giro periférico” está também no rigor possível no que se refere à linguagem e aos usos de categorias nativas, que muitas vezes captam a fluidez e a diversidade dos processos e territórios realmente existentes nas periferias urbanas melhor que as taxonomias e as ferramentas conceituais produzidas dentro das universidades.

5. Ampliando o debate – para fora do Brasil e para fora da universidade

A composição deste dossiê conta com uma série de artigos mais curtos, escritos por especialistas internacionais e por representantes de instituições não acadêmicas, surgida de nosso desejo e da necessidade de estabelecer diálogo com outras perspectivas. Isso inclui comentários de pesquisadores que fizeram contribuições importantes a debates sobre periferias urbanas em outras regiões do Sul global. Assim, esta seção contém as contribuições de Xuefei Ren (neste volume) sobre a China, de Alan Mabin (neste volume) sobre a África e de Alicia Lindón (neste volume) sobre o México. Juntos, lançam luz sobre debates atuais nos diversos contextos e aspectos que complementam o debate brasileiro e também contrastam com ele. Neste sentido, demonstram os benefícios potenciais do maior aprofundamento e internacionalização, por caminhos Sul-Sul, dos debates a respeito de periferias urbanas. Ainda sobre essa possibilidade, Matthew Richmond (neste volume) contribui com uma resenha sobre uma obra clássica da Sociologia Urbana brasileira, o livro *A Espoliação Urbana*, de Lúcio Kowarick, recentemente publicado em inglês pela primeira vez. Ele o coloca em perspectiva com o tempo presente no Brasil, ao mesmo tempo que destaca a importância dessa tradução para o público anglófono como forma de ampliar o conhecimento da realidade e da produção teórica urbana brasileira.

Nossa interlocução se estendeu ainda a duas instituições brasileiras não acadêmicas, muito importantes, que contribuem para os debates desenvolvidos nos artigos, mas que, ao nosso ver, também incorporam algumas das mudanças identificadas ao longo do dossiê. Letícia de Carvalho Giannella e Larissa Souza Catalá (neste volume), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam a evolução histórica e os critérios para a alteração da nomenclatura dos territórios populares brasileiros com ênfase para a última dessas alterações, de “Aglomerados Subnormais” para “Favelas e Comunidades Urbanas” – uma decisão tomada depois de um processo amplo de consulta junto à sociedade civil. O registro e a sistematização da evolução temporal e do contexto dessas alterações constituem interessante e qualificado material de pesquisa. Guilherme Simões, o primeiro secretário da Secretaria Nacional de Periferias (SNP), ligada ao Ministério das Cidades, e Josué Medeiros trazem comentários sobre o ineditismo dessa secretaria no atual governo federal, bem como seus pressupostos de atuação, suas principais ações e atividades. Esse pioneirismo, ao nosso ver, é emblemático de como as instituições também podem “girar” à periferia.

Que os debates e as reflexões aqui vislumbrados sejam norteadores de novas interpretações e abordagens e sejam também germens para futuros possíveis. A partir daqui, desejamos boa leitura!

Referências

- BORGES, J. L. *El Aleph*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- CALDEIRA, T. P. R. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 35, n. 1, p. 3-20, 2017.
- _____. *City of Walls: Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo*. Los Angeles: University of California Press, 2000.
- CUNHA, N. V. da; FELTRAN, G. de S. (org.). *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.
- DAVIS, M. *Planet of Slums*. London; New York: Verso, 2006.
- D'ANDREA, T. *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. São Paulo: Dandara, 2022.
- DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: Os dilemas da confluência perversa. *Política e Sociedade*, 5, p. 139-164, 2004.
- EVARISTO, C. *Becos da memória*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.
- FELTRAN, G. de S. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.
- HIERNAUX, D.; LINDÓN, A. La periferia: Voz y sentido en los estudios urbanos. *Papeles de Población*, v. 10, n. 42, p. 101-123, 2004.
- HOPF, T. *Understandings of Russian foreign policy*. Pennsylvania: The Penn State University Press, 1999.
- KEIL, R. *Suburban Planet: Making the World Urban from the Outside in*. Cambridge: Polity, 2017.
- KOWARICK, L. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEGROUX, J.; SPOSITO, M. E. Favelas: o ser o estar da/na cidade, entre fragmentação e apropriação. In: SPOSITO, M. E. (org.). *A periferia urbana na cidade em fragmentação socioespacial*. Rio de Janeiro: Consequência, 2025 [no prelo].
- LINDÓN, A.; MENDOZA, C. Miradas alephianas de la periferia metropolitana. In: LINDÓN, A.; MENDOZA, C. (org.). *La Periferia Metropolitana: Entre la Ciudad Prometida y un Lugar para Habitar en la Ciudad de México*. Ciudad de México: Gedisa, 2015.
- LOPES DE SOUZA, M. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MABIN, A.; BUTCHER, S.; BLOCH, R. Peripheries, suburbanisms and change in sub-Saharan African cities. *Social Dynamics*, v. 39, n. 2, p. 167-190, 2013.
- MENDONÇA, J. G.; ANDRADE, L. T.; DINIZ, A. M. A. Hipersegregação das elites metropolitanas brasileiras na década de 2000: Interpretações a partir da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Cadernos Metrôpole*, v. 21, n. 44, p. 29-53, 2019.

- MORCUENDE, A.; LEGROUX, J. Práticas do habitar, modos de vidas e representações de mulheres periféricas: o caso do bairro Pimentas em Guarulhos, São Paulo. *In*: MONTEIRO, J.; CABRERA, C.; SCHEINSOHN, M.; BUONFIGLIO, L.; LIMONAD, E. (org.). *A produção social do habitat na América Latina: políticas, conflitos e desafios*. Rio de Janeiro: Consequência. No prelo.
- NERI, M. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.
- RAMOS, P. C.; SANTOS, J. L.; BRAGA, V. L.; HABERMANN, W. (org.). *Periferias no plural*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.
- REN, X. The peripheral turn in global urban studies: Theory, evidence, sites. *South Asia Multidisciplinary Academic Journal*, 26, p. 1-8, 2021.
- RODGERS, D.; BEALL, J.; KANBUR, R. Rethinking the Latin American city. *In*: RODGERS, D.; BEALL, J.; KANBUR, R. (org.). *Latin American Urban Development into the 21st Century: Towards a Renewed Perspective on the City*. London: Palgrave Macmillan, 2012.
- SPOSITO, E. S. S.; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial. *Mercator*, 19, p. 1-13, 2020.
- WACQUANT, L. *Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality*. Cambridge: Polity Press, 2008.

Matthew A. Richmond

Professor de Geografia Política na Newcastle University. Doutor em Geografia Humana pelo King's College London, mestre em Ciências Sociais pela Cambridge University e graduado em História pela London School of Economics (LSE). Completou pós-doutorados no Centro de Estudos da MetrÓpole (CEM) e na Universidade Estadual Paulista (Unesp), além de um Leverhulme Trust Early Career Fellowship na LSE. Pesquisa diversos temas, entre eles urbanização, governança, segurança, subjetividade e geografia eleitoral. É secretário do Grupo de Trabalho de Geografias Latino-Americanas da Royal Geographical Society no Reino Unido.

Email: matthew.richmond@newcastle.ac.uk

ORCID: 0000-0002-1563-3615

Patrícia Maria de Jesus

Professora adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC) junto ao bacharelado em Planejamento Territorial e ao bacharelado em Ciências e Humanidades. Licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), é mestre e doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio doutoral na Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) – *campus* de Xochimilco, no México, e estágio pós-doutoral em Planejamento e Gestão do Território na UFABC. Tem interesse pelos seguintes temas: urbanização brasileira, geografia urbana, planejamento urbano, políticas habitacionais, movimentos sociais de moradia.

Email: patricia.maria@ufabc.edu.br

ORCID: 0000-0003-3099-1231

Jean Legroux

Pós-doutorando no Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT-Unesp), *campus* de Presidente Prudente. Licenciado em Ciências Políticas pelo Institut d'Études Politiques de Rennes (França), titular de um Master 1 (Conflitos e laços sociais na América Latina) e de um Master 2 ISUR – Ingénierie des Services Urbains en Réseaux (IEP de Rennes e Universidade de Rennes 1, França). Doutor em Geografia, Urbanismo e Planejamento pela Université Lumière Lyon 2 e em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (tese em cotutela). Realizou estágio pós-doutoral na École Normale Supérieure de Lyon. Tem interesse pelos seguintes temas: produção do espaço, geografia urbana, planejamento urbano, políticas habitacionais, periferias, mobilidade, vida cotidiana, práticas espaciais e justiça espacial.

Email: legrouxjean@gmail.com

ORCID: 0000-0002-3811-4180

Editores da RBEUR: Maria Encarnação Beltrão Sposito e Everaldo Santos Melazzo.

Editores do Dossiê: Matthew A. Richmond, Patrícia Maria de Jesus e Jean Legroux.

Como citar: RICHMOND, M.; JESUS, P. M. de; LEGROUX, J. Editorial: a “poliperiferia” e o “giro periférico” nos Estudos Urbanos. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 27, E202535pt, 2025 DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202535pt>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR